



Número: **0801318-12.2019.8.18.0076**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de União**

Última distribuição : **31/12/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
VALDIR DOS SANTOS COSTA (AUTOR)		EMILENE PAZ OLIVEIRA (ADVOGADO) SERGIO LUIZ OLIVEIRA LOBAO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
10932964	23/07/2020 10:29	<a href="#">Citação</a>	Citação
8357847	13/02/2020 12:41	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
7752019	31/12/2019 10:37	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
7752020	31/12/2019 10:37	<a href="#">doc pess e comp do direito</a>	Documentos
7752022	31/12/2019 10:37	<a href="#">exames</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
Secretaria DA Vara Única da Comarca de União  
Rua Anfrísio Lobão, 222, Centro, UNIÃO - PI - CEP: 64120-000

PROCESSO Nº: 0801318-12.2019.8.18.0076  
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
ASSUNTO(S): [Seguro, Acidente de Trânsito]  
AUTOR: VALDIR DOS SANTOS COSTA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### CONTRAFÉ ELETRÔNICA

Comunico que tramita nesta **Vara Única da Comarca de União** a Ação PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) (Processo n.o 0801318-12.2019.8.18.0076) que tem como requerente AUTOR: VALDIR DOS SANTOS COSTA e como requerido REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Conforme Provimento Conjunto Nº 29/2020 - PJPI/TJPI/SECPRE as cópias de todos os documentos de atos processuais até a presente data praticados podem ser visualizadas, utilizando as **chaves de acesso abaixo**,



acessando o sítio <https://tjpi.pje.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	19123110364614400000007407860
doc pess e comp do direito	Documentos	19123110364642500000007407861
exames	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO	19123110364724500000007407863
Despacho	Despacho	20021312412153800000007982123
Citação	Citação	20031712112722100000008472177

UNIÃO-PI, 23 de julho de 2020.

**MANUELA LIMA DE JESUS**  
Secretaria da Vara Única da Comarca de União





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**Vara Única da Comarca de União DA COMARCA DE UNIÃO**  
Rua Anfrísio Lobão, 222, Centro, UNIÃO - PI - CEP: 64120-000

**PROCESSO Nº: 0801318-12.2019.8.18.0076**  
**CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**  
**ASSUNTO(S): [Seguro, Acidente de Trânsito]**  
**AUTOR: VALDIR DOS SANTOS COSTA**

**RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

### **DESPACHO**

Ante as especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento posterior a análise da conveniência da audiência de conciliação, nos termos do art.139, VI, do CPC e em consonância com o Enunciado n.35 da ENFAM, além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/ 2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo.

Cite-se a parte Ré para contestar no prazo de 15 (quinze) dias, devendo constar da carta/mandado que a ausência de contestação implicará no decreto da revelia e na presunção de veracidade dos fatos elencados na petição inicial.

Expedientes necessários.

**UNIÃO-PI, 13 de fevereiro de 2020.**

**Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de União**



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE UNIÃO –PI

VALDIR DOS SANTOS COSTAS, brasileiro, RG 3.260.548, CPF 468.162.405-53, residente e domiciliado na LC Morada Nova sn, Bairro Rural, Lagoa Alegre -PI, CEP 64138-000 vem à presença de Vossa Excelência, por seu representante constituído, Sérgio Luiz Oliveira Lobão, Advogado OAB-PI 2709, e Emilene Paz Oliveira, OAB PI 17821, propor:

### AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO DPVAT

Em face de **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/NF nº 09.248.608/0001-04, com sede na rua Senador Dantas, nº 74 - 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, pelos motivos fáticos e jurídicos a seguir expendidos:

#### **PRELIMINARMENTE:**

##### DA JUSTIÇA GRATUITA

O Autor não possui condições financeiras para arcar com as custas processuais sem prejuízo do seu sustento e de sua família, conforme declaração de hipossuficiência a ser protocolada no decorrer do processo.

Por tais razões, com fulcro no artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal e pelo artigo 98 do CPC, requer seja deferida a AJG ao requerente.

#### **DOS FATOS**

Trata-se de complementação de seguro devido em face de acidente ocorrido em 10/10/2018, que ocasionou LESÃO CORPORAL /FRATURA do segurado, fatos estes, devidamente comprovados no teor do Boletim de Atendimento, bem como LAUDOS, RELATÓRIO CIRURGICO E ATESTADO MÉDICO.

Foi registrado um B.O conforme o próprio site da Seguradora dispõe ser um dos documentos necessários para requerer o seguro DPVAT

Site: <https://www.seguradoralider.com.br/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx>

Vale ressaltar que o DIREITO AO RECEBIMENTO DO SEGURO JÁ FOI RECONHECIDO PELA SEGURADORA, conforme documento de pagamento de indenização protocolado junto com esta inicial.

Ocorre que, o valor atribuído a indenização é totalmente incompatível com a lesão sofrida pelo Requerente, conforme pode ser devidamente comprovado pelos exames anexados e perícia médica a ser realizada em audiência designada por Vossa Excelência, de acordo com acordo feito entre a seguradora e o TJ PI, portanto, diante de tal fato, cabível o pedido do Complementação de Seguro DPAVT por via judicial.

#### **DO DIREITO**





O Seguro de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de vias Terrestres e por embarcações, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não - DPVAT (redação dada pela Lei nº 8.374/91), criado em 1966 pelo Decreto-lei nº 73 (art. 20, alíneas "b" e "l"), pago anualmente pelos proprietários de automóveis e embarcações no Brasil, visa o pagamento de indenizações "por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares" (art. 3º da Lei nº 6.194/74) decorrentes de acidentes de trânsito e náuticos, respectivamente, seja quem for a vítima.

A sua forma de recebimento se dá de duas maneiras: por meio de requerimento administrativo direcionado a qualquer das empresas Seguradoras instaladas no país (caput do art. 5º da Lei nº 6.194/74), segundo critérios legais previamente estipulados (§§ do art. 5º da Lei nº 6.194/74), **ou via demanda judicial, mediante orientação de um advogado**, com fulcro no direito de ação constitucionalmente previsto (art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal - CF).

O seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar:

*Art. 3º – Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:*

*I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte;*

*II – até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente;*

*III – até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) – como reembolso à vítima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.*

**Conforme documentação probatória, o nexo de causalidade entre o fato ocorrido (acidente) e o dano dele decorrente são inequívocos**, fazendo jus o Autor ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74:

É dever da Seguradora Requerida, cumprir com o determinado pelo art. 373 do CPC, que diz que ao réu incumbe o ônus da prova, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

Portanto, toda vítima tem direito a indenização!

#### **DO VALOR INDENIZÁVEL – UTILIZAÇÃO DA TABELA DA LEI 11.945/2009 E APLICAÇÃO DA REPERCUSSÃO NO CÁLCULO DA INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ PERMANENTE**

Insta destacar, Excelência, que a Lei 11.945/2009 surgiu para estabelecer novos parâmetros à necessidade de graduação das lesões decorrentes de acidente de trânsito, em casos de invalidez permanente, para que seja aplicada de forma proporcional a indenização depevatária, conforme consta na tabela da referida Lei.

Ressalta-se, ainda, o entendimento do STJ, na Súmula 474, determinando que “a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez”, tendo sido relevante essa interpretação em muitos Tribunais pátrios recentemente.

Dessa maneira, cumpre esclarecer que as alterações introduzidas pela Lei 11.945/2009, implicam na aplicação de indenização, conforme o GRAU DE INVALIDEZ e a REPERCUSSÃO DAS LESÕES, isto é, reduzidas em 75% (setenta e cinco por



cento) se a invalidez for incompleta, com perdas de repercussão INTENSA, e em 50% (cinquenta por cento), 25% (vinte e cinco por cento) e 10% (dez por cento), se a perda for MÉDIA, LEVE OU RESIDUAL, respectivamente, nos termos do art. 3º, §1º, II, da referida Lei.

**Portanto, deverá ser averiguada a lesão sofrida pelo Requerente da forma prevista na Lei acima mencionada.**

#### **CORREÇÃO MONETÁRIA – TERMO INICIAL**

De acordo com o que estabelece a sumula 43 do STJ:

*Súmula 43 - Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo. (Súmula 43, CORTE ESPECIAL, julgado em 14/05/1992, DJ 20/05/1992)*

Conforme precedentes sobre o tema, o valor apurado deve sofrer correção monetária a partir da data do sinistro:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. I- CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. **Em se tratando de ação de cobrança de seguro DPVAT, a correção monetária incide a partir da data do sinistro, ou seja, do efetivo prejuízo, nos termos da Súmula nº 43 do Superior Tribunal de Justiça.** II- HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PARTE AUTORA BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA. Restando configurada a sucumbência recíproca, devem ser as partes condenadas, proporcionalmente, ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, ainda que uma delas seja beneficiária da assistência judiciária, ficando suspensa a cobrança para essa última, segundo o que estabelece o artigo 12 da Lei nº 1.060/50, não havendo se falar do limite de 15% previsto nessa lei, uma vez que ele foi revogado pelo Código de Processo Civil de 1973. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJ-GO – AC: 04374876620148090051, Relator: DES. GERSON SANTANA CINTRA, Data de Julgamento: 23/08/2016, 3A CÂMARA CIVEL, Data de Publicação: DJ 2111 de 15/09/2016)

**Dessa forma, espera-se que em eventual condenação a sentença seja com a fixação dos juros da citação e a correção monetária da data do sinistro, ou seja, do efetivo prejuízo, nos termos da Súmula nº 43 do Superior Tribunal de Justiça**

#### **DOS PEDIDOS**

1. A concessão da Assistência Judiciária Gratuita, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil;
2. A citação do réu, na pessoa de seu representante legal, para, querendo responder a presente demanda
3. A procedência do pedido, com a condenação do Réu ao pagamento imediato das quantias devidas, no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), reduzidos ou acrescidos de acordo com o grau de repercussão da lesão, acrescidas ainda de juros e correção monetária;
4. A produção de todas as provas admitidas em direito
5. Manifesta o Autor pela NÃO realização de audiência conciliatória;



6. Requer-se que seja designada perícia judicial, para que se constate a existência de invalidez permanente, bem como a sua quantificação, nos termos constantes na Lei nº 6.194/94. Para tanto, requer-se, desde já que os honorários, caso sejam suportados pela Seguradora Ré, seja nos moldes do Convênio 69/2015, celebrado entre o TJPI e a requerida, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), com prazo para pagamento de 15 (quinze) dias contados da intimação judicial.

7. Seja designada Audiência de Instrução e Julgamento, bem como a perícia judicial, juntos, caso ocorra mutirão judicial na comarca.

8. A condenação do réu ao pagamento de honorários advocatícios nos parâmetros previstos no art. 85, § 2º do CPC.

Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)

Nestes termos, pede deferimento

EMILENE PAZ OLIVEIRA

Advogada OAB-PI 17821

#### ANEXOS

1. Documentos de identidade do Autor
2. Procuração
3. Provas do acidente
4. Prova das lesões ocasionadas





PROCURAÇÃO AD-JUDICIA

ESCRITÓRIO DA ADVOGACIA

DR. SÉRGIO LUIZ OLIVEIRA LOBÃO (OAB/PI N° 2709)  
WASHINGTON LUIS M. SOARES JUNIOR - 1888(E)  
RUA BENEDITO REGO - 1254 - CENTRO - FONE 94253662

OUTORGANTE(S): VALDIR DOS SANTOS COSTA, RG  
3.260.548, CPF 468.162.405-53, residente  
na LC Morada Nova nº 1902, Zona Rural  
Lapão Alegre - PI, CEP 64138-000

OUTORGADOS: SÉRGIO LUIZ OLIVEIRA LOBÃO, brasileiro, casado, Advogado, devidamente cadastrado na ordem dos Advogados do Brasil - Sob Matrícula N° 2709-PI e WASHINGTON LUIS MESQUITA SOARES JUNIOR, N°1888-E com Escritório Profissional nesta cidade na Rua Benedito Rego N° 1254 - Centro, onde receberá intimações de estilo. E EMILENE PAZ OLIVEIRA, ADVOGADA  
OAB 37821

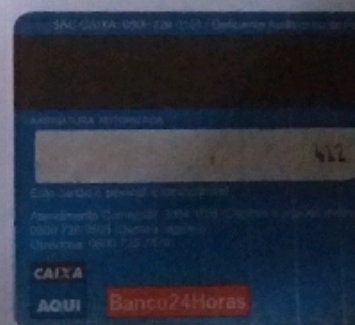
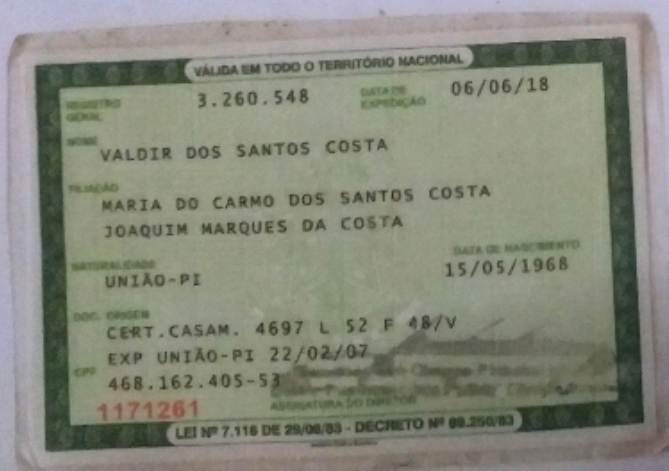
PODERES: Especiais e irrevogáveis para junto a este Juízo e Cartório Competente, Autarquias, Repartições Municipais, Estaduais, Federais, ingressar com AÇÃO DE DPJST, firmar compromissos, exigir e transigir, apresentar documentos comprobatórios e finalmente praticar todos os demais atos, para o mais amplo e fiel cumprimento mandato. O que tudo feito darei por bom, firme e valioso. Só para este pedido.

União (PI) .. 30 de dezembro de 2019.

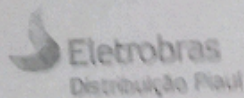
Valdir dos Santos Costa  
= OUTORGANTE =











COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ  
Av. Maranhão 719 - Centro/Itaú - Teresina - PI  
CNPJ 06.940.749/0001-98 | Ins. Estadual 12.501.383-8  
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Série B-1  
Regime especial de tributação autorizado pela SEFAZ/PI/2018

Para contato com a  
Eletrobras, informe  
este NÚMERO

SEU NÚMERO

1582713-5

NP da Nota Fiscal 016596860

A Nota Fiscal de Energia Elétrica - FEEF foi criada  
pelo Lei nº 10.410 de 26 de abril de 2002

CONTINUES	VENCIMENTO	CONSUMO	TOTAL A PAGAR (R\$)
JANEIRO/2019	24/01/2019	109	108,29

ANTONIA CARVALHO DE OLIVEIRA COSTA  
LC MORADA NOVA S/N B-RURAL  
CPF: 20081364849372  
CEP: 64.138-000 - LAGOA ALEGRE

DADOS DA LEITURA		DATAS DA LEITURA	
Atual:	2649	Atual:	17/01/2019
Anterior:	2540	Anterior:	19/12/2018
Constante de Multiplicação:	1,000	Próxima Leitura:	18/02/2019
Consumo Medido:	109	Emissão:	16/01/2019
Consumo Faturado:	109	Apresentação:	17/01/2019
NORMAL		29	

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA			
Classe/Subclasse	Ligação	Número Medidor	Código Fat. Média 12 meses
RESIDENCIAL	MONO	A1853964	1.1.1.1 91

HISTÓRICO kWh	DESCRIÇÃO DA CONTA	Valor
DEZ/18 78	CONSUMO 109 A R\$ 0,862958 =	94,06
NOV/18 113	CONTR. ILUMINACAO PUB. (COSIP)	2,83
OUT/18 138	CORRECAO MONETARIA IGPM (3X)	3,02
SET/18 115	MULTA POR ATRASO (3X)	5,50
AGO/18 75	JUROS POR ATRASO (3X)	2,88
JUL/18 45		
JUN/18 96		
MAI/18 79		
ABR/18 97		
MAR/18 79		
TARIFA SEM TRIBUTOS: 0 A R\$ - 0,620000		

LIQUE 0800 080 0800 E FAÇA OPÇÃO VENCIMENTO 15 10 15 20 25  
Parabéns! Até o dia 16/01/2019, não constatamos faturas vencidas  
nessa Unidade Consumidora.

RESERVADO AO FISCO 965E.8786.E7B7.251F.C067.25C5.1958.54EC



Assinado eletronicamente por: EMILENE PAZ OLIVEIRA - 31/12/2019 10:36:47

<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19123110364642500000007407861>

Número do documento: 19123110364642500000007407861





BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 175692.000001/2019-75

Unidade de Registro: 20º DP - UNIÃO

Resp. pelo Registro: Vicente Oliveira De Sousa

Data/Hora: 15/01/2019 - 11:39

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável

Data/Hora

DP DE LAGOA ALEGRE

10/10/2018 - 08:40

Tipo Local

VIA PÚBLICA

Município

LAGOA ALEGRE

Bairro

INFORMAR NO COMPLEMENTO

Endereço

LOCALIDADE LAGOA SECA, Nº:

Ponto de Referência

Complemento

PROXIMO AO COLEGIO

ZONA RURAL

DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Nome: VALDIR DOS SANTOS COSTA

Tipo Envolv.: VITIMA/Noticiante

RG: 3.260.548 SSPI PI

Mãe: MARIA DO CARMO DOS SANTOS COSTA

Pai: JOAQUIM MARQUES DA COSTA

Endereço: LOCALIDADE MORADA NOVA, Nº 1902

Complemento: ZONA RURAL

Bairro: INFORMAR NO COMPLEMENTO

Cidade: LAGOA ALEGRE

Telefone(s): 86-9455-1925 86-9576-4717

PJ CORRETORA  
DE SEGUROS  
13 MAR 2019

DPVAT

NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Lesão corporal acidental no trânsito.

VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S)

Marca: Modelo:

Ano: Placa: Chassi:

Renavam:

Cor:

1 - YAMAHA. YBR125K

2012 0EC2373 9C6KE1520C0109023

00480936064

Preta

Condutor: VALDIR DOS SANTOS COSTA

RG: 3.260.548 Órgão: SSPI UF RG: PI

End: LOCALIDADE MORADA NOVA Número: 1902 Complemento: ZONA RURAL

Cidade: LAGOA ALEGRE UF: PI Bairro: INFORMAR NO COMPLEMENTO

RELATO DA OCORRÊNCIA

O NOTICIANTE ACIMA QUALIFICADO VEIO NOTICIAR QUE NESTA DATA LOCAL E HORA JÁ MENCIONADO, CONDUZIA A MOTOCICLETA ACIMA DESCRITA, LICENCIADA EM NOME DE EVERALDO MIRANDA DE SOUSA, O MESMO VINHA DO SENTIDO ZONA RURAL AO DESTINO LAGOA-PI, E CHEGANDO NO LOCAL JÁ MENCIONADO, NA ESTRADA CARROÇAL AO DESVIAR DE UM BURACO PERDEU O CONTROLE DE DIREÇÃO, CHEGANDO A CAIR E QUEBRANDO O BRAÇO ESQUERDO, E ESCORIAÇÕES NAS PERNAS E NOS BRAÇOS, E SOCORRIDO POR TERCEIROS, TENDO COMO TESTEMUNHA, O SR RAIMUNDO NONATO CARVALHO DE OLIVEIRA, RG-2.671.100-PI, CPF-026.112.493-50 RESIDENTE NA LOCALIDADE POÇOS DOS GASPAR ZONA RURAL DE LAGOA ALEGRE-PI, E A SENHORA BRUNA KARINA DE OLIVEIRA MORAES, RG-4.433.155-PI, CPF-085.162.223-22, RESIDENTE NA MESMA LOCALIDADE, ERA O QUE TINHA A RELATAR.

Vicente Oliveira De Sousa - Mat. 8098981

AGENTE DE POLÍCIA

Richard Moura Lemos de Oliveira

Delegado de Polícia

Mat. 27.1224-5

Valdir dos Santos Costa  
VALDIR DOS SANTOS COSTA - Noticiante  
Responsável pela Informação

Página 1/2

Boletim de Ocorrência emitido em: 15/01/2019 10:39 - SisBO@2011-2019 AT

1/1





## SINISTRO 3190194722 - Resultado de consulta por beneficiário

**VÍTIMA** VALDIR DOS SANTOS COSTA

**COBERTURA** Invalidez

**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** PACHECO

JUNIOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA - EPP

**BENEFICIÁRIO** VALDIR DOS SANTOS COSTA

**CPF/CNPJ:** 46816240553

**Posição em 06-05-2019 08:08:13**

Seu pedido de indenização foi concluído com a liberação do pagamento. O valor abaixo será creditado na conta que você indicou no formulário de autorização de pagamento. O prazo para o banco confirmar o pagamento é de até 5 dias úteis. Caso não identifique o valor em sua conta após esse período, volte a consultar o processo aqui no site.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
15/04/2019	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$







## HOSPITAL MUNICIPAL DE UNIÃO

DR. JOSÉ DA ROCHA FURTADO

Rua São Paulo, s/n - Fone (086) 3265-1116.

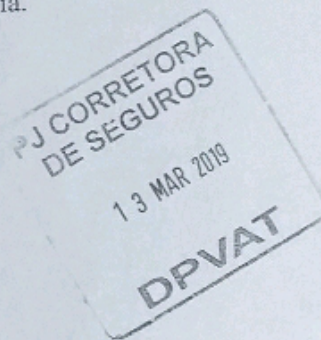
CEP - 64.120.000 - União - Piauí

CNPJ: 18.488.308/0001-93

### DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que o paciente, **Valdir dos Santos Costa** deu entrada neste hospital no dia 10 de outubro de 2018, às 11h02min, vítima de acidente de motocicleta, o mesmo chegou ao hospital socorrido em ambulância.

União (PI), 08 de janeiro de 2019.



*Antonia Raimunda Viana da Silva*

Antonia Raimunda Viana da Silva

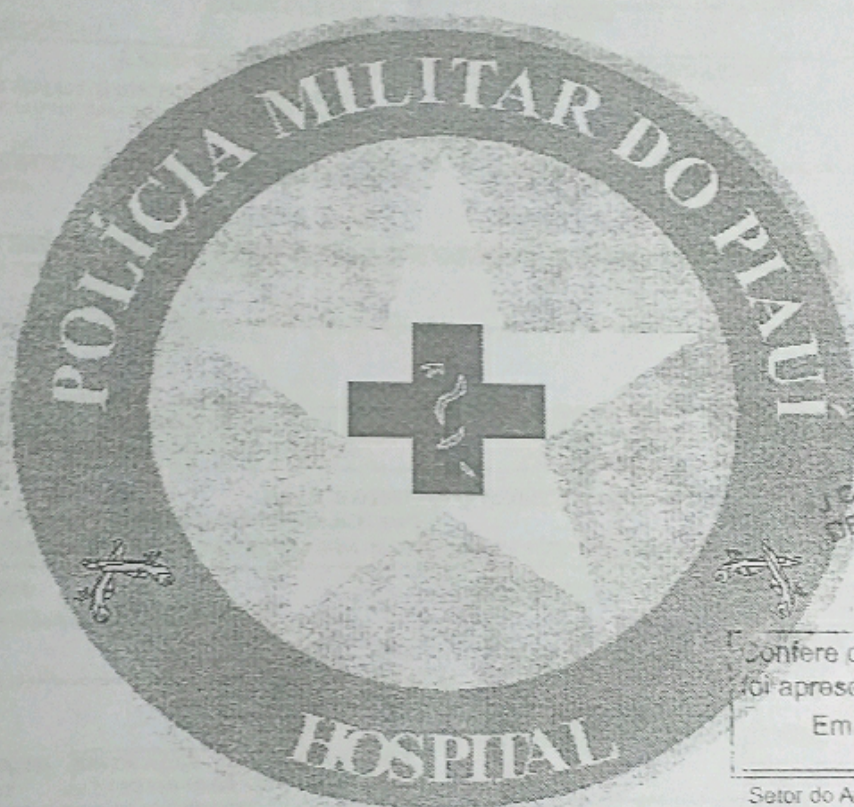
Servidora do HMU.







GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ  
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE  
SETOR DE ARQUIVO TÉCNICO



1 CORRETORA  
DE SEGUROS  
13 MAR 2019

Confere com o DPVAT  
foi apresentada(a) e dou f  
Em, 21/11/18

Setor do Arquivo Técnico do  
Luiz Henrique Vasconcelos Reis 1º TEN PM  
Chefe do Arquivo Técnico do HPM PI  
RG: 105198193-2 Mat. 14495-9

NOME DO PACIENTE: Valdina dos Santos Costa

NÚMERO DO PRONTUÁRIO: 288537

Obs: Não fornecemos 2ª via.

Luiz Henrique Vasconcelos Reis 1º TEN PM  
RGPM 105198193-2 Mat. 14495-9  
Chefe do Setor do Arquivo Técnico

HPM - "Humanizando e Cuidando Bem de Sua Saúde."

**Piauí**  
GOVERNO DO  
DESENVOLVIMENTO

HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE - HPMPi  
Av. Higino Cunha, Nº 1642 - Bairro Ilhotas - Teresina-PI  
CEP 64.014-220  
Fones: (86) 3216-1520/3216 1528

**Saúde**  
Secretaria de Estado





LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE INTERNAÇÃO/AUTORIZAÇÃO HOSPITALAR	Nº LAUDO: 139345 AIH: 2218101752834
---	--

IDENTIFICAÇÃO DO ABELECIMENTO	
ESTABELECIMENTO SOLICITANTE HOSPITAL DE URGENCIA DE TERESINA PROFESSOR ZENON ROCHA - RS	CNES 5828856
ESTABELECIMENTO EXECUTANTE HOSPITAL DA POLICIA MILITAR DIRCEU ARCOVERDE - HPM	CNES 2323451

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE			
CARTÃO SUS	NOME DO PACIENTE	NASCIMENTO SEXO PRONTUARIO	
700201942810728	VALDIR DOS SANTOS COSTA	15/05/1968	M 218537
DOCUMENTO	CPF TELEFONE NOME DA MÃE	RESPONSÁVEL	
	86994937712 MARIA DO CARMO DOS SANTOS COSTA	VALDINAIRA OLIVEIRA COSTA	
CEP	ENDEREÇO - LOGRADOURO	NÚMERO / LOTE	
		6969	
BAIRRO	COMPLEMENTO	MUNICÍPIO	UF
ALTO DA RESSURREICAO		TERESINA	PI

LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO
PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS "ACIDENTE DE MOTO" TRAUMA EM PUNHO (E). ESTADO GERAL BOM.

CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO TRANSFERENCIA
--

PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADO DOS EXAMES REALIZADOS) RX PUNHO (E): FRATURA EM RADIO DISTAL.
--

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
----------------------------

CID 10 PRINCIPAL / DIAGNÓSTICO INICIAL S525 - FRATURA DA EXTREMIDADE DISTAL DO RADIO	CID 10 SECUNDÁRIO	CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS
---	-------------------	--------------------------

PROCEDIMENTO SOLICITADO
COD/DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO 0408020407 - TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DA EXTREMIDADE METAFISE DISTAL DOS OSSOS DO ANTEBRACO

LEITO/CLINICA ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA (MASCULINO)	PROFISSIONAL SOLICITANTE (ASSINATURA/CARIMBO(Nº DO CONSELHO)) AGNELO SAMPAIO C BRANCO MEDEIROS CPF: 81940424372 CRM:
CARATER URGENCIA	DATA SOLICITAÇÃO 11/10/2018
DATA ADMISSÃO 11/10/2018 14:55	DATA ALTA 17/10/2018 10:00
MOTIVO ALTA MELHORADO	

CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIA)				
TIPO ACIDENTE	CNPJ SEGURADORA	Nº DO BILHETE SÉRIE	CNPJ DA EMPRESA	CNAE EMPRESA
				CBOR NATUREZA DA LESÃO PJ CORRETORA DE SEGUROS

AUTORIZAÇÃO	
JUSTIFICATIVA DA "NÃO" AUTORIZAÇÃO	
PROFISSIONAL AUTORIZADOR (ASSINATURA E CARIMBO(Nº DO CONSELHO)) LUCIA DE PATIMA DA COSTA E SILVA FARIAS CPF: 09623442300 CRM:	NOME DO PROFISSIONAL / PARECER DE CONTROLE AVALIAÇÃO / AUDITORIA CPF CRM DATA ANALISE: 11/10/2018 15:25:34

ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL:	DPVAT Luis Henrique Viscenzelos Reis P. TEN PM RGPM 105198193-21 Mat. 14495-9 Chefe do Setor de Arquivo Técnico
--	--







POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ  
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE

"Humanizando e Cuidando Bem de Sua Saúde"

PEDIDO: 123409

PACIENTE: VALDIR DOS SANTOS COSTA

NOME DA MÃE: MARIA DO CARMO DOS SANTOS COSTA

DATA DO NASCIMENTO: 15/05/1968

MÉDICO SOLICITANTE: CRM

DATA DA REALIZAÇÃO: 11/10/2018

DATA DO LAUDO: 18/10/2018

CONVÊNIO: SUS - INTERNACAO

RADIOGRAFIA DO ANTEBRAÇO ESQUERDO EM DUAS INCIDÊNCIAS

Achados:

Fratura oblíqua localizada na metaepífise distal do rádio, com extensão articular, associada a aumento do volume e da densidade das partes moles adjacentes.

IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA:

Fratura oblíqua localizada na metaepífise distal do rádio, com extensão articular, associada a aumento do volume e da densidade das partes moles adjacentes.

PJ CORRETORA  
DE SEGUROS

13 MAR 2019

DPVAT

*[Assinatura]*  
Luís Henrique Visconcelos Reis 1º TEN PM  
RGPM 105198193-21 Mai. 14495-9  
Chefe do Setor de Arquivo Técnico

*[Assinatura]*  
Dra. Lígia de Sampaio  
Médica  
CRM-PH 4779

LIEGE RIBEIRO SOARES DE SAMPAIO  
CRM. 417

Telefone: (86) 3227-6265







POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ  
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE

"Humanizando e Cuidando Bem de Sua Saúde"

Nº ORDEM.....: 123853  
NOME.....: VALDIR DOS SANTOS COSTA  
MÉDICO SOLIC: AGNELO SAMPATO C BRANCO MEDEIROS  
DATA LAUDO...: 25/10/2018  
CONVÊNIO: INTERNO

DATA REALIZ: 17/10/2018  
IDADE: 50 anos  
CRM: 3244-PI  
CÓDIGO: 39656

RX PUNHO ESQUERDO

O estudo radiológico do punho esquerdo realizado nas incidências em AP e perfil demonstra:

- Presença de fratura na extremidade distal do rádio comprometendo a superfície articular, fixada com fios metálicos.
- Imobilização gessada.

IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA

Controle ortopédico.

*Ivan Fontenele Gomes*  
IVAN FONTENELE GOMES  
CRM-2426-PI

Av. Higinio Cunha, 1642 - Ilhéus - Teresina/PI  
CEP 64014-220 - CNPJ 07.444.159/0002-25

Telefone: (86) 3227-6265  
Fax: (86) 3215-1520

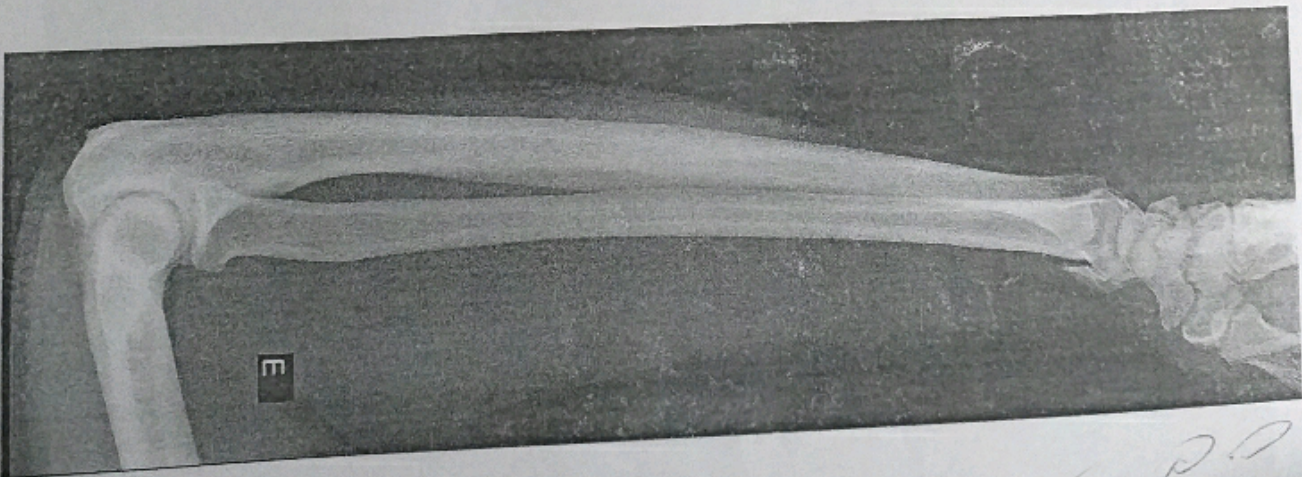
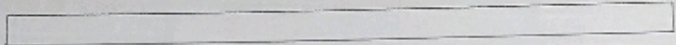
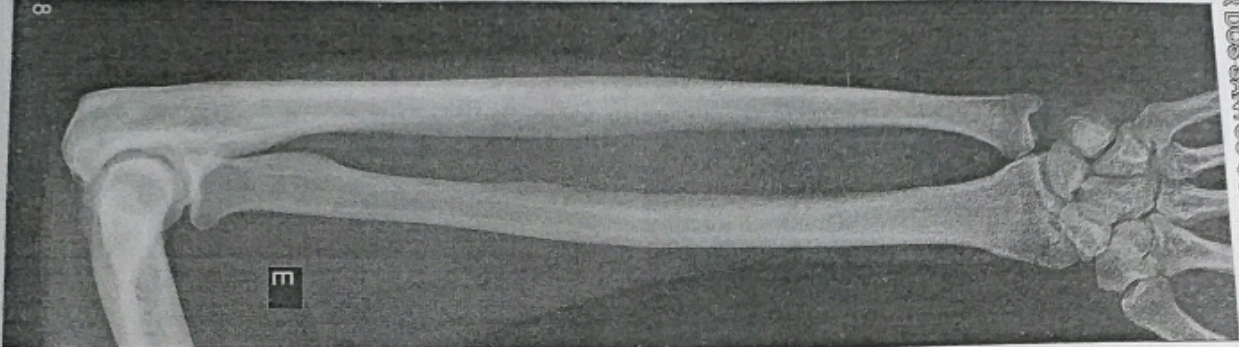
*Luiz Henrique Vasconcelos Reis*  
Luiz Henrique Vasconcelos Reis 1º TEN PM  
RGPM 106198133-2º Mar. 14495-9  
Chefe do Setor de Arquivo Técnico





ID: 123409  
Paciente: WALDIR DOS SANTOS COSTA  
Idade: 080Y  
Sexo: M

Hora: 09:45  
Exame: 12/10/2018

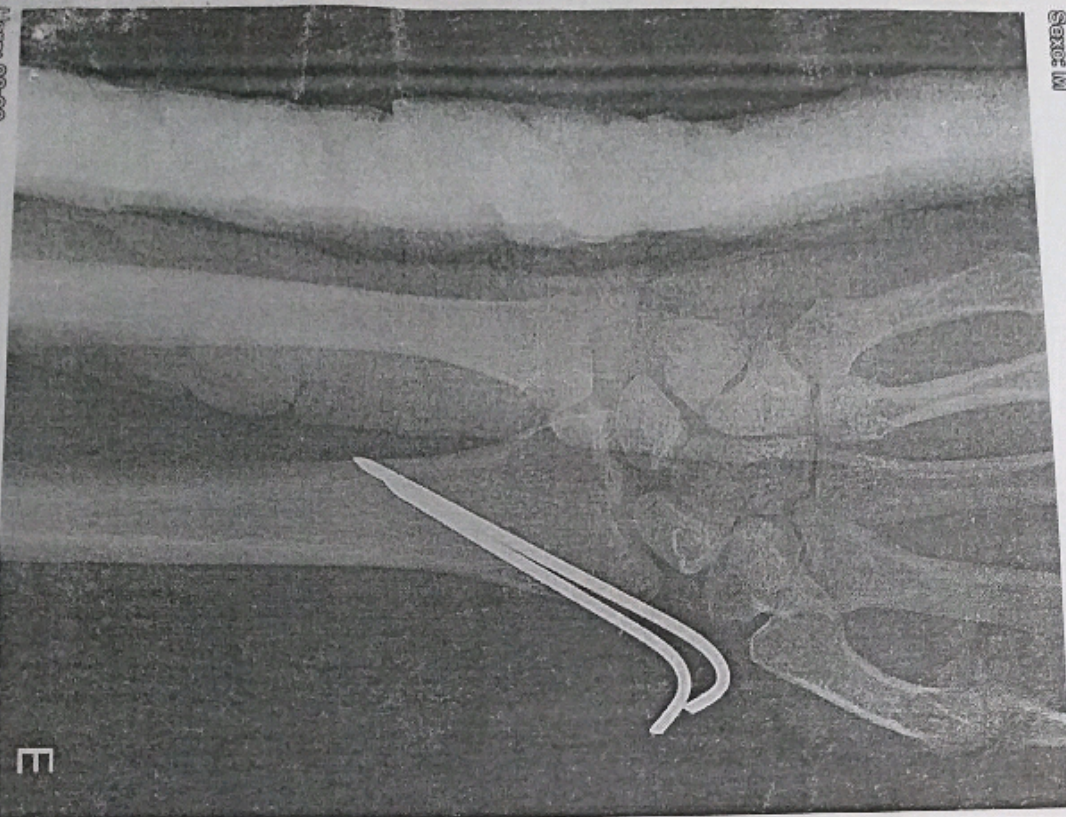


*[Handwritten Signature]*  
Luis Henrique Visconcelos Reis 1º TEN PM  
RGPM 105198193-2/ Mat. 14495-9  
Chefe do Setor de Arquivo Técnico



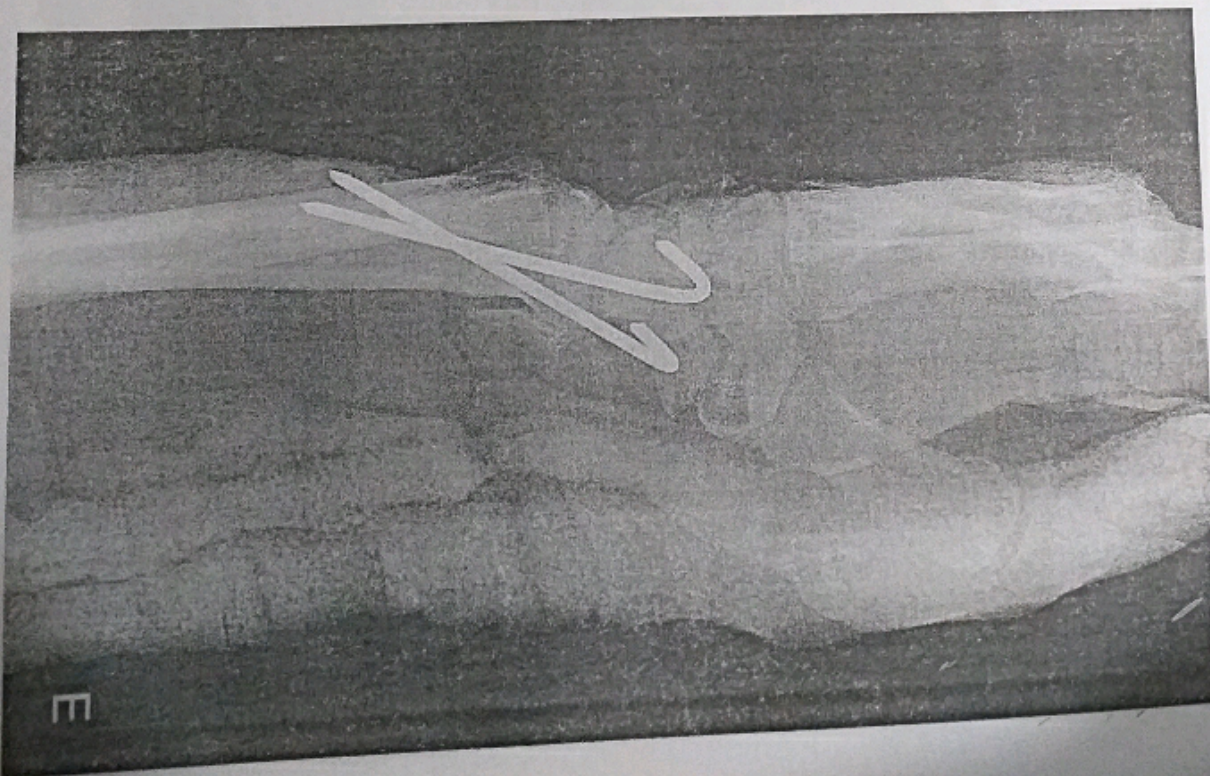
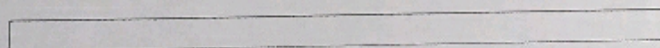


ID: 120323  
Paciente: WALDIR DOS SANTOS COSTA  
Idade: 650Y  
Sexo: M



hora: 08:08  
Exame: 17/10/2018

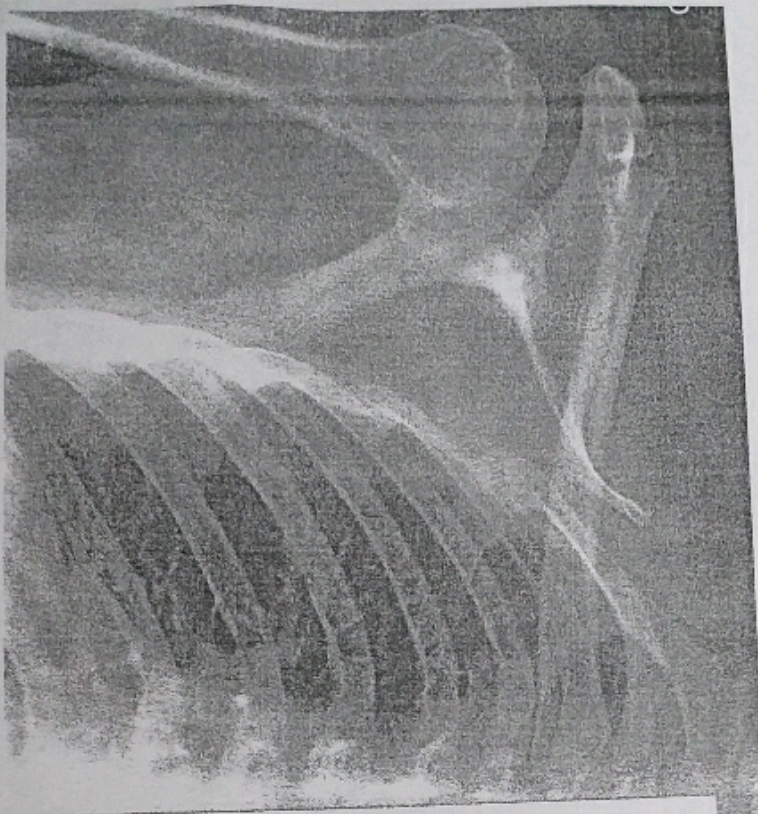
HPM



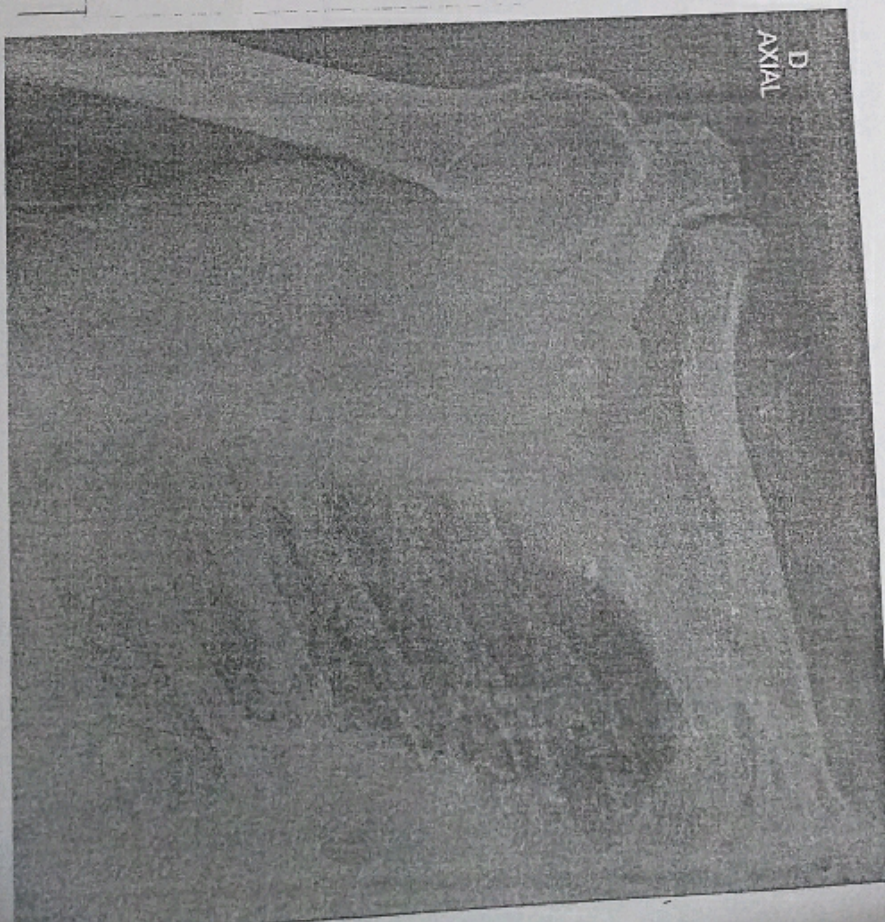


123456  
Identificação: WILDIR DOS SANTOS COSTA  
Data: 09/07  
Sexo: M

HPM



D  
AXIAL



6-10-0  
Luis Henrique Visconde Reis 1º TEN PM  
RGPM 105198193-2/ Mat. 14495-9  
Chefe do Setor de Arquivo Técnico

